

# **O Passado em cena: narrativas e fragmentos**

**Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão**

**COORDENAÇÃO:**

**Maria Conceição Lopes  
Raquel Vilaça**

**Coimbra 2004**

## **Coexistência e Revolução: Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (Séc. I a.C. – III d.C.)**

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA  
*Museu Monográfico de Conimbriga*

### **1. Introdução**

O programa de investigação em Conimbriga é um dos temas em que o autor do presente trabalho se tem confrontado com a actividade científica de J. Alarcão, dada a sua situação de arqueólogo do Museu Monográfico de Conimbriga, que tutela o sítio arqueológico; por isso se justifica o presente texto<sup>1</sup>. Existe um bloco importante de trabalho arqueológico levado a cabo na cidade que continua inédito ou insuficientemente explorado; parte dele não se reveste de uma importância determinante, incluindo-se na categoria vasta dos dados da actividade corrente de gestão de um sítio arqueológico, que só programas de investigação muito vastos, por um lado, mas com objectivos muito precisos, por outro, poderão vir a enquadrar de forma significativa, mas outros dados existem, que podem e devem ser trazidos à colação de uma análise concreta de questões em aberto na bibliografia corrente.

A investigação que o presente autor tem desenvolvido em Conimbriga incide sobretudo, fruto dos referidos condicionalismos institucionais e de Conservação<sup>2</sup>, na arquitectura doméstica e em alguns aspectos da estrutura viária, segundo uma linha de pesquisa que percorre a investigação levada a cabo e que lhe confere a necessária solidez, pois não se trata de acriticamente registar informação, como em certas situações de «acompanhamento arqueológico», mas de contribuir solidamente para o conhecimento da cidade – necessariamente através de hipóteses e teorias testáveis – como devia ser sempre.

Esta linha de pesquisa pretende contribuir para o esclarecimento da forma adoptada pela evolução do urbanismo da cidade entre os momentos mais marcantes definidos pela investigação arqueológica levada a cabo até aos anos setenta do séc XX. Com efeito, fruto das condições específicas em que essa investigação foi levada a cabo, e sem que haja mérito a retirar-lhe por isso, alguns aspectos de investigação pormenorizada dos edifícios domésticos e da estrutura viária foram sacrificados ao conhecimento dos grandes monumentos<sup>3</sup>. Não houve nunca uma época onde se pudesse ficar com o bolo e comê-lo também.

Coexistência e revolução foram os *leitmotiv* identificados para os períodos augustano e flaviano, respectivamente, pelas Fouilles de Conimbriga<sup>4</sup>. Continuam a traduzir, quanto a nós, dois fenómenos latentes no urbanismo e na arquitectura da cidade<sup>5</sup>.

Estes fenómenos vão ser aqui analisados em três conjuntos diferentes: a primeira fase de criação de estruturas públicas romanas na cidade, tradicionalmente atribuída ao período augustano a partir de cerca de 15-10 a.C., até ao câmbio da era; a instalação das mais antigas estruturas domésticas de tecnologia construtiva e estrutura interna romanas, por vezes atribuída a datas «augustanas» por comodidade de expressão, mas que podem estender-se até ao reinado de Cláudio ou Nero; por último, os efeitos que a remodelação flaviana do fórum e outras intervenções conexas têm na estrutura urbana envolvente.

## 2. O momento augustano

### 2.1. O primeiro fórum

O mais importante dos pontos de aberta polémica deixados pelas escavações luso-francesas e pela publicação das *Fouilles de Conimbriga* é a restituição do estado augustano do fórum, alvo de crítica desde a primeira recensão importante à obra, devida a Pierre Gros<sup>6</sup>. A bibliografia sobre a polémica é já vasta, mas acessível, razão pela qual importa apenas sumariá-la aqui.

Os escavadores<sup>7</sup> restituíram o estado original do fórum de Conimbriga como produto de um empreendimento edilício unitário, augustano, comportando um templo flanqueado de pequenos pórticos laterais, a norte, ocupando o pequeno lado do fórum, e a leste, sobre um dos lados longos, uma basílica de três naves e uma curia, edificadas em bloco.

Esta restituição foi questionada<sup>8</sup> quanto à tipologia, quanto à cronologia e quanto à unidade programática que se reconstituía: (i) inexistindo paralelos sólidos para tal templo (o que a paucidade dos vestígios não permite decidir em certeza bastante), estar-se-ia preferivelmente perante uma basílica de duas naves

provida de um *aedes*; e (ii) tal restituição seria mais consentânea com a cronologia proposta (que não se questiona); torna-se ainda necessário concluir que, a ser assim, (iii) não é provável que a basílica de três naves sobre o lado longo do fórum seja programaticamente coetânea com a basílica de duas naves sobre o lado menor do conjunto.

Na esteira destas pertinentes questões<sup>9</sup>, surgiu uma tentativa menos feliz de reinterpretação global das estruturas do fórum. Como foi adequadamente demonstrado em réplica<sup>10</sup>, a solidez da restituição do estado flaviano não parece susceptível de desconstrução, subsistindo portanto o essencial das conclusões a retirar (e a desenvolver) no que diz respeito à intervenção flaviana na cidade e ao papel muito particular que o culto imperial desempenha nessa época e no domínio específico da edilícia pública<sup>11</sup>.

Torna-se todavia necessário introduzir alguns matizes na evolução do monumento ao longo do séc. I d.C., designadamente através de uma reanálise da documentação disponível, o que se empreendeu parcialmente, com resultados publicados, mas que, na opinião pessoal do autor destas linhas, não se baseou numa interpretação suficientemente apurada da estratigrafia pertinente para a questão (por razões já explicadas e que são compreensíveis), e que importa ainda retomar.

### 2.1.1. *Uma releitura estratigráfica*

O perfil estratigráfico em apreço (Figura 2) corresponde aos cortes norte de duas áreas de escavação de 1968: 68.10.N, situado entre o muro leste da basílica de três naves e a fundação do muro perimetral do fórum, e 68.R1.L.N, perpendicular ao último contraforte da referida basílica, ao longo da rua do fórum; o perfil é assim dividido em dois segmentos – oeste e leste (este último mais completo). Segundo a nossa leitura, baseada em levantamento de Março de 1995, que também serviu de base à publicação antes mencionada mas que foi objecto de uma interpretação diferente, verifica-se a existência de dezoito camadas estratigráficas distintas, oportunamente verificadas pelas equipas de escavação, mas de que importa ainda verificar as correlações.

As camadas 1 a 3, preservadas apenas na parte leste do corte, correspondem à destruição das estruturas da cidade e à transformação da zona em terrenos de uso agrícola. A camada 4, correspondente à ocupação tardia, está representada neste mesmo segmento pelo resto de um muro cuja construção reaproveitou diversos materiais. Este muro assenta sobre a camada 5, estrato de utilização e abandono que se formou sobre a rua flaviana.

O que resta do pavimento da rua corresponde ao estrato 6, uma camada de argamassa que, a oeste, assenta sobre um enchimento argiloso (camadas 7 e 8)

e a leste sobre uma camada mais terrosa (camada 9). A leste verifica-se que, para o funcionamento da rua a uma cota homogénea, foi necessário proceder a um espesso entulhamento, que cobriu o nível de circulação exterior da basílica júlio-claudiana e o trouxe para a mesma cota do nível interior dela.

As camadas 11 a 15 correspondem à obra de construção da basílica, sendo que a última destas camadas corresponde ao entulhamento da subestrutura da basílica na sua parte interna<sup>12</sup>.

Este complexo de camadas cobriu uma outra, a camada 16, cujo topo é um nível compacto e homogéneo, de cota constante, certamente correspondente à ocupação periférica do fórum augustano, nível sobre o qual se construiu a basílica (e cujo material datante, claudiano, data o 2º momento da obra)<sup>13</sup>. Este nível cobre vestígios de habitações pré-romanas (camadas 17-18)<sup>14</sup>.

Em conclusão desta releitura, parece-nos importante enfatizar que a construção da basílica de três naves a este do fórum representa a consolidação de um desnível urbano de algum significado (o que não foi suficientemente apreciado). Com este facto conjuga-se a existência da porta leste da basílica, criando uma ligação física entre a praça do fórum e a rua envolvente, abertura essa que se vem somar ou vem substituir a circulação pelo criptopórtico norte. É precisamente na deslocação das funcionalidades do fórum na sua zona norte para a área central praça/basílica de três naves que reside o essencial da evolução do monumento, razão pela qual a reconstituição arquitectónica do seu topo norte, necessária à compreensão mais precisa da sua funcionalidade, é importante.

### 2.1.2. A evolução do fórum

Vários argumentos – a estatuária, a epigrafia – concorrem no facto de ter havido uma dedicação de um espaço sagrado no fórum ao *Divus Augustus*, o que é óbvio que só pode acontecer depois de 14 AD, enquanto a arqueologia nos diz que o fórum deve ter sido construído entre 20 e 15 AC. Temos aqui, portanto um espaço de cerca de trinta anos entre a construção e a dedicatória que o modelo de evolução bipartida apresentado nas *Fouilles* por si só explica mal.

Creio já consensual uma explicação baseada numa evolução do centro monumental feita em três períodos (sendo sempre consensual a profunda unidade do programa flaviano)<sup>15</sup>.

Do ponto de vista da arquitectura, área que é menos consensual<sup>16</sup>, proponho que originalmente teria sido construído um fórum dotado de uma série de *tabernae*, a oeste, provavelmente fechado a leste por um simples pórtico (duvido, por razões sugeridas pelo próprio terreno, da existência de qualquer edifício porticado neste lado do fórum nesta data). A norte abrir-se-ia uma basílica de duas

naves com um *aedes augusti*, desempenhando o resto do espaço as funções basilicais que lhe eram próprias. Algo de semelhante se fazia em Tarragona pela mesma época, onde em 17 AC se dedicou um altar ao Génio do imperador. Entre 15 e 20 Tibério implementa e promove o culto do *Divus Augustus*, constroi-se – por exemplo – um templo a ele dedicado em Mérida, capital da província. Os ecos ter-se-iam feito aqui sentir pela rededicação do *aedes* e pelo início de um programa iconográfico que viria a incluir, pelo menos, uma Agripina *minor* e um *Divus Claudius*<sup>17</sup>.

Como já expusemos, é de atribuir a este novo programa iconográfico a necessidade da remodelação claudio-neroniana do fórum, ou seja a construção de uma basílica de três naves e de uma cúria. Terá sido a necessidade de espaço do culto imperial, já não só no *aedes* mas também fora dele, que terá feito excluir da basílica de duas naves o movimento citadino em favor do recato próprio ao sagrado. Também isto explicaria a necessidade de retirar movimento ao criptopórtico sob a basílica norte a favor do atravessamento da basílica de três naves a este.

A remodelação do espaço foral corresponde portanto a uma readaptação a novas condições ideológicas e religiosas (aparentemente políticas), que implicam um redesenho do enquadramento arquitectónico e da inserção urbanística<sup>18</sup>. Mas não é possível pensar que a face leste do fórum corresponda apenas a uma dilacção temporal na execução de um programa augustano unitário.

## 2.2. A muralha

A muralha dita augustana<sup>19</sup> é outro ponto polémico na reconstituição da evolução do urbanismo de Conimbriga, nomeadamente pelas opiniões divergentes que Robert Étienne<sup>20</sup> e – *data venia* – o presente autor<sup>21</sup> têm do monumento.

Em 1991, com a colaboração de Christoph Weiss, da Universidade de Colónia, o MMC levou a cabo a escavação de oito cortes, que englobaram a área que tinha sido objecto de limpezas superficiais por M. Pessoa, e alargaram a área intervencionada para zonas do monumento onde ainda se conservava estratigrafia (Figura 3).

O projecto de investigação levado a cabo sobre a muralha alto-imperial de Conimbriga tinha quatro objectivos:

- esclarecer os pontos duvidosos do traçado da porta.
- obter dados sobre a cronologia da sua construção, verificando-se a solidiedade temporal dos seus vários elementos, que alguns dados de observação superficial pareciam indicar não existir.
- avaliar da existência de obras complementares no exterior.
- esclarecer as relações estruturais da muralha com o tecido urbano no seu interior.

### 2.2.1. Os dados disponíveis. Uma revisão.

A muralha é construída num aparelho caracterizável como *opus vittatum*, sendo detectáveis algumas interessantes particularidades da construção.

Sem alicerces, a muralha assenta directamente sobre o tufo, numa primeira camada algo mais larga que o próprio muro. As fiadas de pedra e argamassa foram estendidas de face a face, deixando a espaços orifícios de um andaime portado pela própria construção, de que alguns vestígios são evidentes na zona de melhor conservação do alçado. Todo o aparelho foi apontado com argamassa que extravasa das juntas e recobre parte da superfície das pedras. Sobre esta junta muito larga foi traçado, a estilete, o desenho do aparelho, numa prática comum às construções em *opus vittatum* de talhe menos regular, já documentada em Conimbriga no viaduto e nas lojas do fórum augustano.

As estruturas das absides revelaram a existência de duas fases de construção, distintas pelo aparelho e pela argamassa utilizada. A linha de junção não-solidária das construções de uma e outra fase é perfeitamente aparente.

Verificou-se ainda que os alicerces das torres, na extensão conservada, representam a continuação da 1ª fiada de pedras e argamassa da muralha, que se alargava formando uma sapata de cerca de 15 cm de largo e se tornava mais espessa, solução óbvia para reforço de estruturas de maior porte.

Por outro lado, o lageado da via encontrou-se profundamente destruído, mas ainda assim conservava-se o suficiente para se poder afirmar que se sobrepunha a estruturas construídas anteriores.

Esta estratigrafia construtiva, composta por uma fase 1, a que pertencem a muralha, as torres, os muros internos que virão posteriormente a suportar as absides e o muro longitudinal conservado sob o lageado, e uma fase 2, a que pertencem as absides e a via lageada (Figura 4), encontra reflexos muito nítidos na estratigrafia deposicional localizada nalguns cortes.

Assim, o perfil oeste do corte 1 (Figura 5, 2), demonstrou a sobreposição das estruturas da fase 2 ao muro longitudinal da fase 1, que se documentou em alçado, enquanto o perfil norte do mesmo corte (Figura 5, 1) documentava a existência de sucessivas camadas estratigráficas correspondentes a níveis de obras. Infelizmente, não se recolheu qualquer material datante nestes estratos.

O elemento construtivo e estratigráfico crucial na análise destas estruturas revelou-se nas «rampas» encostadas à face interna da muralha, no ângulo do maço das absides, que são na verdade caixas de escadas, construídas com um muro de uma única face aparelhada, com o miolo entulhado.

Este entulho, no caso da abside norte, correspondia a sedimentos da necrópole da Idade do Ferro, muito ricos em materiais dessa época e a que se tinham mesclado alguns materiais romanos.

A estratigrafia é clara (Figura 5, 3) em demonstrar um primeiro complexo de níveis de sedimentos revolvidos depositados contra a muralha, e um segundo horizonte de revolvimentos associável à construção do muro da «rampa». Destes níveis provém um dupôndio de Antónia (=RIC82, entre 41e 54), que constitui o melhor indício cronológico para as estruturas, ainda que seja parco.

### 2.2.2. Discussão

Primeira questão que parece não ser pacífica: a porta demonstra a existência de i) uma primeira fase de construção da muralha propriamente dita e de uma porta ladeada por duas torres de planta da base quadrangular a que se associam, no interior da porta, dois espaços rectangulares funcionando como casa de guarda; ii) uma fase "intermédia" em que se adossam internamente dois maciços de construção distinta que, conservando hoje a forma de rampas, devem ter sido originalmente escadas de acesso às torres, a própria muralha tendo provavelmente desempenhado também a função de contrafortes estabilizadores das torres (fase datada pela moeda de Antónia); iii) uma última fase em que as torres são demolidas e substituídas por uma fachada monumental com vão triplo e o espaço interno é transformado num *cavaedium* absidado, com algumas semelhanças na arquitectura da palestra trajânica. Esta estratigrafia construtiva não foi reconhecida pelos outros intervenientes no registo arqueológico da porta<sup>22</sup>.

O segundo problema que se levanta é uma questão histórico-jurídica<sup>23</sup>: antes do período flaviano não seria possível a Conimbriga, um *oppidum stipendiarium*, dotar-se de uma muralha e portas, que constituem símbolo da sua autonomia. Esta objecção ignora ainda o registo arqueológico, pois assume uma única fase de construção.

O argumento jurídico-ideológico é dos mais fracos a utilizar neste ponto. Não é possível tomar dos conceitos abstractos das *res sanctae* e extrapolar invasoramente para o domínio da arqueologia<sup>24</sup>, numa *reductio ab absurdo* se considerarmos, como alguns, que a cidade nunca foi município teremos de postular que a muralha não existe. As construções edificadas nas várias cidades dependiam de complexas conjugações de vontades locais, disponibilidades económicas, possibilidades técnicas, etc. etc. Os fenómenos de *contributio* jogariam aqui um papel decisivo<sup>25</sup>.

Devemos, portanto, assumir como um dado seguro que Conimbriga foi dotada de uma muralha muito vasta e de pelo menos uma porta monumental em alguma data anterior a 50 AD.

### 2.3. O urbanismo de Conimbriga sob Augusto

Parece-nos, em suma, importante reflectir sobre a extensão e a morfologia do programa augustano na cidade, referenciado a um processo de *contributio*, cujas origens históricas estão indiscutivelmente na expedição de Décimo Júnio Bruto.

O início concreto desse programa continua a poder datar-se, de acordo com a proposta das *Fouilles de Conimbriga*, em datas recuadas no reinado de Augusto. Não parece crível que a ausência de *terra sigillata* nos níveis atribuídos aos horizontes I a III seja fruto de processo post-deposicional. Se as termas, datáveis cerca de 10 a.C., foram o último elemento do programa a ser construído, o que se justificaria pela complexidade técnica do projecto e pela sua menor relevância socio-política, é nas décadas de 30 e 20 que esse início deve ser procurado<sup>26</sup>.

Estas décadas são precisamente aquelas onde a intervenção de Augusto na Hispânia é mais marcada, e é talvez ocioso procurar, com a base disponível, um momento exacto para a génese do processo; considerando a complexidade do processo e a sua dimensão relativa à própria cidade de Conimbriga tal como ela se apresentaria na época, a determinação desse exacto momento tem também boas hipóteses de incorrer numa concepção errónea da própria natureza do processo.

Uma primeira conclusão deve portanto retirar-se acerca do período augustano, época por excelência de coexistência, no que diz respeito aos aspectos práticos de que essa coexistência se revestiu. Não estamos perante uma abordagem conservadora da pré-existência urbana do povoado indígena: a intervenção do período augustano amplia muito notoriamente o perímetro da cidade, numa promoção urbanística cujos efeitos terão tido necessariamente eco para além do espaço de Conimbriga *stricto sensu*. O fenómeno de agregação populacional que a extensão da muralha manifesta ter existido – pelo menos a nível das intenções – pode ter sido limitado ao território rural já dependente de Conimbriga na qualidade de *hinterlan* do pólo urbano pré-romano, ou pode ter afectado outros centros vizinhos (num fenómeno de verdadeiro sinoecismo); de todas as formas, a promoção da cidade no contexto regional corporizou indubitavelmente um processo de longo alcance.

## 3. O momento júlio-claudiano

### 3.1. Uma evolução urbana em contínuo

Torna-se necessário isolar deste programa augustano, um conjunto de construções públicas de dimensão importante: o *horreum* a sul das termas<sup>27</sup>, o anfi-

teatro<sup>28</sup> e basílica de três naves no fórum. Existe uma relação óbvia no urbanismo deste programa julio-claudiano com o seu antecessor: a proximidade entre *horreum* e termas e a forma como ambos os edifícios se articularam; a relação urbana estabelecida entre o anfiteatro e a muralha, que determina que esta foi planeada prevendo já a construção daquele e, claro, o aspecto de completamento do próprio fórum que a basílica de três naves representou (bem como o programa iconográfico imperial que lhe foi contemporâneo).

Mas existe, por outro lado, uma essencial mutação no carácter dos edifícios, que vai certamente mais longe que o mero estabelecimento das prioridades utilitárias a respeitar. Estamos, no período julio-claudiano, perante um programa autónomo de construções oficiais não estritamente cívicas: não se trata aqui da imagem da cidade, das suas condições de vida ou do seu governo; trata-se do conjunto de condições urbanas de base a uma vida municipal desenvolvida<sup>29</sup>.

O devir do programa augustano cristaliza assim, ao longo do período júlio-claudiano, num conjunto de construções públicas e privadas cuja amplitude programática e relevo dos seus elementos individuais marcará, definitivamente, a romanidade de Conimbriga.

### 3.1. *As primeiras insulae*

A estes elementos vêm adicionar-se outros seus contemporâneos: um conjunto de edifícios domésticos que, na longa duração, virão a ser determinantes na morfologia da cidade.

A construção da muralha integrou na malha urbana de Conimbriga um troço da via que temos razões para pensar que constituía originalmente uma passagem tangencial ao povoado pré-romano.

A estrutura urbanística de Conimbriga pré-romana não pode ser analisada com precisão, todavia podemos supôr que a localização do *castellum aquae* do aqueduto<sup>30</sup> e o seu traçado subterrâneo (e sinuoso) daí em diante foi ditado pela existência de um parcelado urbano difícil de tratar por outra forma, consabida a tendência do urbanista augustano a poupar a pré-existência na medida do possível.

O troço de via em arco de círculo, quando ligado à estrutura viária original do povoado, dotou a cidade romana de uma estrutura urbana triangular que nunca foi completamente obliterada.

O centro deste triângulo é precisamente o local onde se vêm implantar as primeiras grandes construções domésticas de tecnologia edilícia romana que formam uma espécie de *vicus novus*, no que passa a ser o centro nevrálgico da cidade (e que por coincidências várias vai ser também o centro da primeira investigação arqueológica em Conimbriga<sup>31</sup>).

Estes edifícios são actualmente conhecidos como «casa dos repuxos», «insula do aqueduto», «lojas a sul da via»; a «casa atribuída a Cantaber» desempenha também aí um papel, ainda que ligeiramente diferente.

As principais características comuns destes edifícios são a sua construção em *opus incertum* utilizando o tufo local, a organização das suas fachadas em teorias de *tabernae* e a sua organização interna centrada em criptopórticos de dimensão substancial. Infelizmente, a cronologia destas construções não pode ser indicada com exactidão e segurança, pois a área foi escavada nos anos trinta e quarenta do séc. XX, com metodologia deficiente. Mais tarde, nos anos cinquenta, na casa dos repuxos, e sessenta, nas lojas a sul da via, fizeram-se escavações cientificamente controladas, mas os contextos foram tardiamente publicados ou encontram-se inéditos.

O material depositado nos entulhos da casa dos repuxos é, todavia, suficiente para afirmar que a casa deve ter sido construída dentro do primeiro terço do séc. I d.C.<sup>32</sup>.

### 3.2. Os criptopórticos domésticos

O planeamento do *vicus novus* foi obviamente levado a cabo com o objectivo de integrar na cidade o vale norte da cidade, domesticando as suas encostas com criptopórticos de acesso e circulação como o da casa dos repuxos e com outros edifícios, que sabemos existirem mas não foram ainda escavados.

#### 3.2.1. Casa dos repuxos

A peça central do sistema de caves da primeira fase da casa dos repuxos (Figura 7) era um criptopórtico em  $\pi$  definindo um rectângulo central com 10 x 16 m. Reconstituindo-se uma ala porticada desprovida de criptopórtico a leste (transformando a planta em um rectângulo) os cerca de 2,50 m de largura dos pórticos desenhariam um grande quadrilátero com cerca de 15 x 31 m<sup>33</sup>.

A norte deste rectângulo um longo corredor articulava o criptopórtico em  $\pi$  com passagens abobadadas para a rua norte. Entre estas passagens desenharam-se conjuntos de loja e armazém. Por este corredor fazia-se também o acesso entre os níveis inferior e superior da casa. Um outro conjunto de compartimentos, a oeste, abria ou para o corredor ou directamente para o criptopórtico.

### 3.2.2. *Insula do aqueduto*

O criptopórtico central da insula do aqueduto (Figura 8) define um quadrilátero com cerca de 13 x 15,5 m. Três dos lados deste quadrilátero são ocupados por alas do criptopórtico, o quarto lado (norte) é constituído pelo aqueduto, a que o edifício se adossou<sup>34</sup>.

A disposição interna é simples: a oeste e a sudoeste vários pequenos espaços permitiam o acesso e suportavam o complexo sistema de escadas que articulava os vários pisos da insula; no centro da ala sul uma grande sala abria-se em cave de uma sala idêntica, central no piso térreo do edifício; no canto nordeste instalou-se uma latrina.

As paredes interiores oeste e este do criptopórtico eram rasgadas por cinco janelas (Figura 9) abertas para o pátio central (espaçadas cerca de 2 m entre elas), na parede sul existiam duas janelas e uma porta. O arranjo do pátio interior é desconhecido, pois foi posteriormente ocupado por uma cisterna.

### 3.2.3. *Lojas a sul da via*

O edifício das lojas a sul da via<sup>35</sup> teve provavelmente três pisos: um superior acedido através de umas escadas aproximadamente centrais; um piso térreo dividido em dois sectores, um primeiro a oeste, com seis *tabernae* abertas para o pórtico da via, e um segundo, a leste, composto por um conjunto de compartimentos de função indeterminada; o piso inferior, correspondendo às caves das *tabernae* térreas do sector oeste, era articulado por um criptopórtico com mais de 25 m de comprimento, a que se acedia directamente desde o pórtico da via ou através dos compartimentos do sector leste (Figura 10). As escadas que desciam desde o pórtico tinham os seus últimos degraus talhados na rocha.

A iluminação deste criptopórtico era assegurada por janelas altas (mas que ficavam ao rés do solo desde o exterior. Figura 11) abertas para o lado sul, desocupado então de construções e onde posteriormente a construção da casa da cruz suástica deixou uma espécie de saguão.

Em datas posteriores à sua construção, este criptopórtico foi sendo retalhado e paulatinamente entulhado. Algumas das *tabernae* criaram escadas directas à sua cave, mas o destino final foi certamente a completa obliteração. A sua profundidade, cerca de 2,5 m, deve inevitavelmente ter provocado problemas insolúveis de escoamento de águas.

### 3.2.4. Análise comparativa

Estes três criptopórticos domésticos têm, como se vê, características comuns, designadamente: i) são iluminados por janelas altas, cuja abertura interna é cortada num chanfro muito aberto e cuja face externa fica de nível com a cota do exterior; ii) graças a esse dispositivo, a sua construção permite ao edifício ganhar cota e área em zonas de grande desnível do solo e da própria rocha de base; iii) para atingir este desiderato a base dos muros dos criptopórticos assenta sobre a rocha de base, que é subsequentemente talhada para constituir o solo dos espaços, com estratégias de construção variadas.

A morfologia dos edifícios ditou, todavia, diferenças sensíveis. Assim: i) o criptopórtico das lojas foi construído como um longo corredor, para o qual se abria uma escada, sensivelmente central no edifício, flanqueada por caves individualizadas, correspondentes a outras tantas tabernae no piso superior; o criptopórtico em  $\pi$  da insula do aqueduto, a que se acede por uma escada que é quase de caracol, dá acesso a um pátio central e a alguns espaços de diverso aspecto e desenho; a cripta da casa dos repuxos forma o centro de um conjunto de espaços semi-subterrâneos que articulam o edifício como centro de circulação entre duas ruas diferentes, vencendo um importante desnível.

Em todos os casos, todavia, o mais importante é o aspecto do investimento feito na construção de instalações de grande volume, desproporcionado relativamente ao aparato arquitectónico do edifício e ao que se esperaria que fosse a dimensão económica de tal empreitada.

Mas o carácter nodal do conjunto dos edifícios providos de criptopórtico é reforçado pelo facto de eles se situarem frente ao *trivium* central no *vicus novus* de Conimbriga, permitindo o seu enquadramento arquitectónico e contribuindo decisivamente para a regularização dos níveis de circulação à volta do troço da via Olisippo/Bracara. Sem esses edifícios e, especificamente, sem a organização dos níveis que os criptopórticos permitiram<sup>36</sup>, o contacto da via com a velha Conimbriga não teria vencido os desníveis que, sendo provavelmente produto da poliorcética sidérica, quase impossibilitariam a circulação urbana em condições de conforto.

Aliás, neste mesmo esforço se deve integrar a construção do viaduto<sup>37</sup> que permite a circulação simultânea da via Olisippo/Bracara, da via de nível inferior entre a parte norte da casa dos repuxos e o anfiteatro e que conduziu ainda ao encanamento da linha de água situada sob esta última. A tecnologia de construção deste monumento, em que é marcante o arco triplo de *opus latericium* sobre muros de *opus vittatum* com as juntas apontadas na argamassa fresca, sugere uma datação no final do período júlio-claudiano (talvez em conjugação com o próprio anfiteatro<sup>38</sup>).

Por outro lado, os mesmo edifícios que incluem estes criptopórticos definem muito claramente uma *plateae*<sup>39</sup> enquadrante da via principal, no troço incluído na

cidade que mais se aproxima do seu centro. Não há portanto que duvidar de que o carácter civil e doméstico da arquitectura não exclui o respeito de uma intenção planificadora pública, que dita a morfologia do edifício e dirige a sua estratégia de implantação.

Isto é tanto mais claro quanto a organização destes edifícios privados e públicos (insulas e viaduto) inclui ainda outras instalações, como o moinho que aproveitou a saída de água do aqueduto<sup>40</sup>.

Estamos, portanto, perante uma situação divergente, mas certamente complementar, da que se documenta nas insulas do centro da cidade, em que a manutenção das estruturas cadastrais pré-romanas imperou<sup>41</sup>.

#### 4. O impacto flaviano na estrutura da cidade

##### 4.1. Remodelações viárias e cadastrais

###### 4.1.1. *No vicus novus*

A enorme ampliação do fórum de Conimbriga que o transformou em santuário do culto imperial no último quartel do séc. I d.C. implicou uma profunda remodelação dos espaços envolventes. A criação de quatro ruas delimitadoras da insula foral, a sua repavimentação, as modificações obrigadas de alguns edifícios fronteiros; todos estes fenómenos concorreram à consagração da expressão *revolução flaviana*, que encontrou o seu eco natural nas *Fouilles de Conimbriga*<sup>42</sup>.

O avanço dos trabalhos arqueológicos noutras zonas da cidade permitiu identificar outros fenómenos contemporâneos desta «revolução», contribuindo para uma mais exacta definição da sua morfologia, natureza e impacto.

Com efeito, o programa flaviano incluiu pelo menos mais um edifício do que aqueles que lhe foram atribuídos pelas escavações luso-francesas: as termas da muralha<sup>43</sup>. Tipologia arquitectónica e aparato decorativo concorrem em atribuir aos finais do séc. I, e a uma fase edilícia contemporânea do fórum (os mármorees são os mesmos), estas instalações balneares.

A construção destas termas implicou certamente a remodelação completa da insula situada atrás das lojas a sul da via, o que pôde ser investigado quando necessidades de conservação e gestão do espaço levaram, em Março de 1999, a proceder a uma escavação num espaço situado entre a casa de Cantaber, a basílica paleo-cristã e a muralha do Baixo-Império (99.CBas.64. Figura 12).

A sondagem foi marcada com dimensões irregulares tendo como limite leste a muralha baixo-imperial e a oeste o muro (moderno) de contenção das terras do espaço da basílica. A profundidade máxima atingida foi de cerca de 30 cm. Quase todo

o sedimento era composto por terras arenosas revolvidas, cinzentas, com algum material, que permitiram distinguir três estratos. As estruturas localizadas, para além das que continham fisicamente a escavação, foram um canalização (provavelmente ligada às construções tardias na casa de Cantaber<sup>44</sup>), um muro de adobes na margem sul da escavação associado ao estrato mais fundo (que incluía apenas alguma cerâmica de tradição indígena<sup>45</sup>) e, no centro da sondagem, um muro de pedras ligadas por argamassa que incluía uma soleira (Figura 13). A relação da estratigrafia com as construções era difícil de estabelecer devido ao revolvimento que as escavações antigas e os posteriores arranjos deste espaço de circulação promoveram, mas pôde chegar-se a uma interpretação da dinâmica ocupacional desta área, que se revela muito importante para a análise do urbanismo de Conimbriga.

A escavação da casa de Cantaber<sup>46</sup> demonstrou a existência nesta zona da cidade, numa situação provavelmente peri-urbana, de construções pré-romanas de pequena expressão, conseguidas com abundante recursos a materiais perecíveis. A localização do adobe nesta situação não é portanto de estranhar.

O dado mais importante é o da existência neste ponto da construção com soleira, que é uma construção de técnica romana. Esta construção situava-se sob o pórtico de entrada nas termas da muralha, mas tem uma orientação discordante desse monumento. É portanto, necessariamente, uma estrutura de data anterior, o que nos obriga a intercalar uma fase de construções romanas mais antigas, obedecendo a uma orientação cadastral distinta das insulas que conformam o urbanismo da época imperial plena. Quer as termas da muralha, quer a grande fase de construção da casa de Cantaber estão atribuídas ao período flaviano.

As variadas orientações dos muros das construções e das estruturas viárias levam-nos a considerar que estamos perante uma estrutura cadastral distinta, verosimilmente pré-romana que, em data flaviana ou imediatamente pré-flaviana, é erradicada em favor de uma reorganização urbana de intenção hipodâmica, que traça novas insulas perpendicularmente aos eixos viários fundamentais. Isso é feito de tal forma que se assegura a manutenção dos edifícios mais proeminentes, os primeiros a ser construídos em face das próprias vias, mas despreza outros mais marginais, demolidos para dar lugar a novas construções. Todavia, nem toda a estrutura cadastral é ignorada (não se trata de nada semelhante a uma *centuriatio*) pois, dentro das insulas delimitadas por esta nova estrutura urbanística, subsistem os velhos limites de propriedade, como nos revela o muro meeiro entre as casas da cruz suástica e dos esqueletos: as casas são ortogonais à via e sensivelmente paralelas na sua estrutura, mas são divididas por um muro oblíquo; neste caso, a divisão dos lotes anteriores à delimitação da insula sobreviveu como sub-divisão dentro desta (Figura 14).

Sondagens levadas a cabo em 1990 na porta da muralha baixo-imperial permitiram identificar, para além de dados pertinentes à própria muralha, que não cabem na presente exposição, estratigrafia relacionadas com a via lageada nesta zona da cidade. Resumidamente, o lageado podia datar-se, pelos materiais in-

cluídos nas terras que o suportavam, no último quartel do séc. I, tratando-se em suma de uma obra flaviana. Foi também possível atribuir a este momento a instalação de uma canalização de chumbo, cuja orientação revela ter sido destinada a alimentar a rua que servia as casas da cruz suástica e dos esqueletos e certamente as termas da muralha.

Estes dados corroboram as observações feitas nas ruas envolventes do fórum, quer quanto à data da remodelação viária que pela primeira vez, mas não completamente, cobre as vias urbanas com um *stratum* pétreo<sup>47</sup>, quer quanto à associação entre esta obra urbana e a instalação de uma rede mais densa de alimentação a partir do aqueduto (designadamente, no que diz respeito ao fórum, com as fontes públicas localizadas a este e a noroeste do monumento). Associada à observação feita quanto ao lageado localizado na porta da muralha alto-imperial, a amplitude do projecto é bem demonstrada.

#### 4.1.2. *Na praça a sul do fórum*

Alguns trabalhos tornados indispensáveis pelo projecto de intervenção arquitectónica no fórum, permitiram investigar com mais pormenor a evolução de dois espaços fundamentais na estrutura urbana do centro da cidade que, apenas marginalmente abordados pelas escavações luso-francesas<sup>48</sup>, não tinham podido ser discutidos com a profundidade que a sua centralidade urbanística merece.

Com efeito a rua da patera Emanuel foi um local sacrificado pela escavação dos anos sessenta. Uma fiada de quadrados originalmente abertos não permitiu imediatamente a compreensão do espaço como uma rua perpendicular à entrada axial do fórum, o que só veio a acontecer em 1965, quando se removeram as banquetas da escavação, só então sendo possível uma interpretação global, coerente, dos achados arquitectónicos. Outros trabalhos decorreram em 1977, já sob a direcção exclusiva de J. Alarcão.

O mesmo se pode dizer da praça a sul do fórum, cujos limites sul não foram indagados pelas escavações luso-francesas e apenas superficialmente estudados pelas referidas escavações de 1977.

Entre 1995 e 1996, o Museu Monográfico de Conimbriga, sob a direcção do presente autor, regularizou os limites de sucessivas sondagens, que criavam um zigue-zague danoso à compreensão do público e dificilmente interpretável mesmo pelo arqueólogo, e sistematizou os dados recolhidos.

Ainda que limitadas, as áreas escavadas permitem atribuir a construção das insulas e a constituição da rua da patera Emanuel a uma data claudiana<sup>49</sup>, correspondendo estratigraficamente ao estrato 4 identificado em 1964 nos vários cortes ao longo da rua. Alterações posteriores estão documentadas na insula da patera Emanuel<sup>50</sup>, enquanto a sua destruição parece ter ocorrido numa data idêntica

ainda que indeterminada<sup>51</sup>. A importância dos achados numismáticos tetrarquico-constantinianos no estrato 2 (sem evidências de construção importante) permitem apontar essa data como sendo a de uma conjuntura de perturbação urbanística importante.

No outro lado da rua, confirmando-se a divisão em duas salas distintas do compartimento 1 da casa de Anderco é necessário pôr em relevo a existência de um pórtico de fachada nesta insula, a que pertencem os maciços detectados em escavação e atribuídos, em planta, a eventuais construções anteriores. Trata-se, todavia, de uma construção de aparato integrada na fachada da insula (algo que é conhecido também frente á casa dos repuxos, integrado na *platea* que antes se referiu), e que desempenha um papel de marcação arquitectónica muito importante na articulação da rua da patera Emanuel com a entrada no fórum e com o eixo deste.

Este pórtico de pilares (a forma rectangular dos maciços torna esta hipótese mais provável que um pórtico de colunas) estendia-se, aliás pela fachada a norte da insula da patera emanuel. Aí localizámos dois outros maciços: o intercolúnio é o mesmo, o que autoriza a reconstituição de uma construção de fachada homogeneamente ritmada, com uma única alteração, um intercolúnio duplo frente à própria rua.

A implantação do pórtico não pode ter coexistido com o fórum flaviano: a rua das termas tornar-se-ia demasiado estreita. Por isso o pórtico deve ter sido demolido na obra flaviana, tal como foi encurtada a insula do vaso fálico, para desimpedir a praça e a rua oeste do fórum.

Desta forma, o fórum augustano integrava-se no urbanismo de Conimbriga como uma praça fechada contraposta a uma praça aberta; permitia uma circulação interior, por eixos cruzados tais como esta o fazia. Este carácter integrado é destruído, em todos os seus elementos (muito em especial no enfiamento entrada/rua) na remodelação flaviana (Figura 15).

#### 4.2. **Modificações nas estruturas domésticas e comerciais**

Para além dos próprios monumentos e das ruas que os enquadram, tema perfeitamente tratado pelos escavadores, o principal fenómeno que decorre do programa público flávio-trajânico é o desaparecimento de largas extensões de *tabernae* ao longo da principal via que liga a porta principal de Conimbriga às termas do sul, através do que chamamos o *vicus novus* e passando em frente ao fórum, onde o que era uma praça se transformou numa rua ligeiramente irregular. No próprio fórum, nove lojas que certamente ocupavam um lugar proeminente no panorama comercial da cidade, foram demolidas.

A remodelação do praça a sul do fórum implica a demolição de uma loja na insula do vaso fálico e do pórtico da casa de Anderco; directa ou indirectamente leva ao encerramento das portas das *tabernae* que para ele abriam.

A abertura da praça a norte das termas implica a demolição de uma significativa extensão de *tabernae* na insula do mesmo nome.

Por razões directamente ligadas a este fenómeno, ou por mera relação de contemporaneidade, também a insula do vaso fálico vê fecharem-se, transformadas em simples portas, o que antes eram as francas aberturas das suas lojas e oficinas (Figuras 16 e 17).

O fenómeno estende-se para as instalações ao longo da via a oeste do fórum, na insula do mesmo nome e nos edifícios localizados no chamado "terreno da faculdade de letras".

Também a remodelação hadriânica da casa dos repuxos implicou a destruição de uma teoria de grandes *tabernae* no seu flanco sul e, contemporaneamente, as lojas do edifício a sul da via perderam quase todas as suas caves.

Em suma, a cidade perde uma enorme extensão das suas instalações comerciais e artesanais situadas nos principais eixos de circulação, num período que medeia entre os anos 80 e 130. Este processo não pode deixar de ter sido também muito significativo do ponto de vista relativo e percentual, mesmo que a construção de um conjectural fórum municipal/*macellum* possa ter minorado os seus efeitos.

A alteração da morfologia da estrutura viária todavia, foi radical, como se demonstra na praça a sul do fórum, reduzida a uma rua liberta de quase todos os divertículos ou perturbações laterais.

A busca do fundamento ideológico para este processo de transformação urbana<sup>52</sup> é muito importante, mas devemos quedar-nos aqui pela constatação do facto e pela abordagem sumária do contexto em que ele ocorre.

## 5. Não conclusões, questões.

### 5.1. *Questões de método*

A principal dificuldade de análise da evolução urbana, que se torna patente no fim da revisão de dados a que aqui se procedeu, está no entendimento do que se pode isolar enquanto programa urbanístico discreto (no sentido matemático do termo) dentro do *continuum* de alterações no uso específico das unidades urbanísticas, seja devido a alterações radicais na morfologia dos edifícios, seja por alterações que, não alterando radicalmente essa morfologia, introduzem, mediante modificações da circulação e da funcionalidade desses edifícios, alterações não menos radicais no carácter dessas unidades urbanas.

Isto é especialmente importante pois, enquanto a tipologia dos edifícios públicos, muito estudados do ponto de vista da história da arte (e com um largo manancial de informações literárias sobre os seus usos quotidianos) permitem uma rápida contextualização da sua presença no todo urbano, os edifícios domésticos, que fazem o essencial da textura urbana, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da frequência diuturna, são mais dificilmente contextualizados.

É ainda necessário notar que a formulação problematizante destes tópicos, contorna uma questão essencial: a definição da escala de análise, da definição cadastral e socio-económica da «unidade urbana»<sup>53</sup>. Será esta unidade a insula? Ou o edifício, desde um ponto de vista arquitectónico e construtivo (que pode corresponder à totalidade ou apenas a uma fracção dessa insula)? Ou à unidade residencial/funcional (que mantém com o edifício a mesma relação euclidiana que este com a insula)? E mais ainda? O risco de se entrar em regressão infinita é evidente, até porque, no domínio epistemológico da relação das nossas interpretações com o registo arqueológico que lhes serve de base, a um determinado nível de interpretação do fenómeno arquitectónico enquanto produto, mesmo que dispuséssemos de um registo arqueológico muito pormenorizado (o que não acontece) a reconstituição efectiva das estórias subjacentes à morfologia específica adoptada pela construção, estar-nos-ia muito provavelmente vedada<sup>54</sup>.

A definição da escala de análise tem de ser antropológica, ou seja, fruto de uma abordagem da arquitectura enquanto produto do ambiente humano que a gera, o que inclui as aspirações dos encomendantes, as capacidades dos construtores, a preversão dos usos previstos pelos utilizadores efectivos, etc. etc.; em suma, a abordagem da arquitectura antiga levada a cabo pelo arqueólogo deve prosseguir pela via do entendimento da arquitectura enquanto entidade utilitária, desde a sua concepção até à sua destruição (provavelmente, adiante-se, pelo fim da sua efectiva utilidade) e não pela via de qualquer reificação do objecto arquitectónico/arqueológico na sua qualidade de *tipo*, integrável numa sequência crono-estratigráfica e evolutiva, discretizável no domínio da História da Arte<sup>55</sup>. O modelo antropológico que melhor serve esta perspectiva é a teoria da arquitectura enquanto cenário, de A. Rappoport<sup>56</sup>.

As vantagens de abordar, no domínio do estudo estatístico do urbanismo de Conimbriga v.g., uma *taberna* da mesma forma que a *domus anderci* são óbvias<sup>57</sup>: as variáveis da ocupação do espaço, do investimento em construção, da centralidade da posição, da acessibilidade, etc. etc., são imediatamente comparáveis, e a sua relação com a disponibilidade de espaço por habitante e do investimento urbanístico no consumo ostentatório do espaço urbano pode ser medida com algum rigor. Mas a utilidade do modelo vai mais longe, pois pode ser estimado com alguma objectividade o impacto que cada alteração arquitectónica tem a) num cenário específico e b) num sistema de cenários. A relação não é nunca proporcional, no sentido de que uma alteração arquitectónica específica num edifício

pode ter, nesse mesmo edifício, um impacto menor do que o que tem essa alteração no sistema de inter-relações urbanas que esse edifício tem com a rua, os edifícios vizinhos, e com o que isso implica na caracterização do quarteirão, da área urbana em que ele se insere, ou ainda em outras escalas.

Mediante esse modelo, é possível abordar a problemática dos programas de intervenção urbana de acordo com um critério que reduz a uma equação única a pluralidade das variáveis observadas no terreno: qual o impacto sobre o sistema de cenários urbanos que uma alteração arquitectónica tem<sup>58</sup> e, concomitantemente, quais são os espaços temporais em que a sobreposição de alterações arquitectónicas específicas se sobreadicionam ao ponto de constituir reconfigurações significativas do sistema urbano de cenários.

## 5.2. Questões operativas

A principal virtude do modelo de interpretação da cidade enquanto sistema de cenários está na possibilidade imediata de abordar a vida urbana enquanto sistema de actividades que têm lugar no sistema de cenários.

É talvez neste ponto que a evolução tripartida do sistema urbano de Conimbriga pode começar a ser interpretado de uma forma significativa no âmbito sócio-económico:

- a primeira fase de intervenção urbana romana na cidade adiciona à pré-existência indígena um conjunto de edifícios (de cenários) inéditos no sistema urbano. Certamente que o fenómeno político-administrativo subjacente à promoção urbanística e arquitectónica jogou um papel decisivo na criação de um sistema de actividades conexo a estes cenários. Pode-se desta forma valorizar com certa precisão a *contributio* como espoleta de um processo de largo alcance no domínio sócio-económico e urbanístico em Conimbriga, independentemente do posicionamento jurídico-administrativo do *oppidum* dentro da província e do império.
- a situação ao longo do período júlio-claudiano progride através de uma multiplicação de iniciativas edilícias públicas (como o anfiteatro), privadas e semipúblicas (como o *horreum* e as *plateae*), que transformam a estrutura urbana de uma forma muito significativa. A multiplicação de espaços comerciais e artesanais nas fachadas dos edifícios representa, segundo o modelo a que esta análise se referencia, a proliferação de conjuntos interdependentes de transformação e intercâmbio de produtos, da região e importados, consequência natural (e desejada?) da *contributio* augustana, por sua vez culminar da evolução de uma centralidade nos circuitos económicos regionais que Conimbriga ocupava desde o Bronze Final. Os criptopórticos domésticos jogam aqui um papel decisivo na criação de condi-

ções efectivas de desenvolvimento dessa centralização económica, através do armazenamento e da distribuição assim concentradas no núcleo urbano.

- a fortíssima ênfase em construções públicas no momento flaviano tem impacto fora desse programa público. A arquitectura racional que governa o projecto do santuário imperial de modelo helenístico alastra pela cidade e racionaliza a rua como mero eixo de circulação, a expensas do sistema de cenários sócio-economicamente polivalentes que a cidade vinha desenvolvendo e mantendo. É esta a revolução flaviana.

### 5.3. *Últimas observações*

A remodelação flávio-trajânicas das termas do sul é a última grande empreitada pública de índole civil na cidade.

A partir desse momento, num cenário urbano quase fossilizado, a evolução da arquitectura da cidade vai-se concentrar no interior das residências de elite e, designadamente, no aparato decorativo aí aplicado<sup>59</sup>.

Esta evolução da edilícia pode interpretar-se como uma atracção, para a esfera privada da aristocracia nascente, de actividades até então dispersas noutros cenários urbanos e, no contexto doméstico específico em que ocorre, podia apontar-se como causa hipotética deste fenómeno o reforço das redes clientelares dos proprietários construtores<sup>60</sup>. Alguns dados epigráficos apontam nesse sentido<sup>61</sup> e a evolução a que se assiste no ordenamento interno das principais *domus*, por um lado, alguma análise preliminar da distribuição dos programas iconográficos, por outro, coincidem.

Mas a análise só poderá ser levada mais longe quando se dispuser de melhores dados de enquadramento económico do fenómeno. Por agora pode-se apenas observar que Conimbriga nunca recuperou completamente da crise de abastecimento monetário do reinado de Nero<sup>62</sup>, que a partir de datas próximas dos finais do séc. I a importação de bens alimentares transportados em ânforas decresce significativamente (ainda que isso se possa dever a uma intensificação e diversificação da agricultura local)<sup>63</sup> e que a própria baixela em uso na cidade se reduz quase só a produtos peninsulares, o que será fruto da pujança das oficinas hispânicas em quase todos os campos, mas não deixa de representar um fenómeno de autarcização relativa do mercado<sup>64</sup>; fenómenos cujas causas e consequências conviria estudar com mais pormenor.

Não é de todo indiferente indagar se o reforço da importância dos cenários domésticos aristocráticos frente aos cenários artesanais e comerciais dominantes até á época flávia acontece em fase de alta económica ou em fase depressionária.

O reforço das relações clientelares que constitui hipótese explicativa da transformação da arquitectura e do urbanismo pode, com efeito, ter surgido da conjugação temporal da promoção jurídica flaviana (com a acessão de parte da elite local à cidadania) num clima de progressiva melhoria dos ritmos económicos, fruto de uma mutação dos processos agrícolas muito significativa e particularmente frutuosa. É esta a visão tradicional, também segundo a qual a revolução flaviana é a grande promoção do pequeno *oppidum* à verdadeira cidade romana.

Mas é também possível que a evolução social que conduz a uma tão substancial alteração da morfologia dos cenários urbanos corresponda a um recurso económico e social de uma pequena aristocracia tradicionalmente implantada em Conimbriga, que tem de reforçar os seus meios de controlo do entorno social e económico num clima intrinsecamente contraditório: crescentes exigências do acesso a uma romanidade provincial<sup>65</sup> e imperial<sup>66</sup> e progressivamente menos recursos económicos para acorrer a elas.

A evolução da aristocracia local dentro do novo contexto criado pelo império deve chamar a atenção da investigação para a necessidade de aprofundar a relação dessa aristocracia com o novo poder, em função da sua própria posição no meio indígena, da atitude de Roma e dos seus agentes na fase de contacto e consolidação da província e das consequências estruturais dessa equação<sup>67</sup>.

Porque o devir dessa relação, que para evitar longas perífrases se pode designar sucintamente de *romanização*, tem evidentemente um impacto específico na arquitectura – assunto, aliás, muito tratado na bibliografia – mas tem um outro impacto, porventura mais complexo, na tessitura dos cenários urbanos.

A utilização social dada à arquitectura é o meio pelo qual esse impacto se torna manifesto. A divisão ideológica do espaço doméstico<sup>68</sup>, em especial a partir do momento em que passa a existir um investimento importante na criação de importantes enquadramentos cenográficos e na sua decoração dentro do âmbito doméstico, foi atravessada por uma sensível evolução, fruto do impacto romanizador, que adicionou às estruturas (quer às sociais, quer às ideológicas) tradicionais, as romanas, provocando a sobreposição de uma outra estrutura divisionária, o fosso cultural entre indígena e romano<sup>69</sup>.

Também aqui a revolução flaviana, que está na origem da difusão na cidade de uma arquitectura doméstica palaciana<sup>70</sup> e que vai cristalizar a expressão arquitectónica dessas segregações sócio-culturais, com um reflexo marcado na própria segregação das áreas urbanas, se constitui em ruptura com a coexistência de uma pluralidade de cenários urbanos polivalentes, situação orgânica que lhe pré-existia.

## 6. Bibliografia

- ALARCÃO, Adília Moutinho, 1992: Ruínas de Conimbriga (s/l, IPM, 3ª ed., *Roteiros da Arqueologia Portuguesa* 2).
- ALARCÃO, Adília Moutinho e CORREIA, Virgílio Hipólito, 1992 "Os materiais e o edifício". In Oleiro, João Manuel Bairrão, *Conimbriga. Casa dos repuxos* (Conimbriga, Museu Monográfico, *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal*, I), p. 143-158.
- ALARCÃO, Adília Moutinho, ÉTIENNE, Robert e GOLVIN, Jean-Claude, 1997: "Le fórum de Conimbriga: réponse à quelques contestations". In Étienne, R. e Mayet, F. (ed.s) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), p. 49-70.
- ALARCÃO, Jorge, 1975: *Fouilles de Conimbriga – V – La céramique commune locale et régionale* (Paris, M.A.F.P. / M.M.C.).
- ALARCÃO, Jorge, 1985: *Introdução ao estudo da casa romana* (Coimbra, Instituto de Arqueologia, *Cadernos de Arqueologia e Arte* 4).
- ALARCÃO, Jorge de, 1992: «A cidade romana em Portugal». In *Cidades e História* (Lisboa, Fund. C. Gulbenkian), p. 35-128.
- ALARCÃO, Jorge; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; MOUTINHO ALARCÃO, Adília e PONTE, Saleta da, 1976: *Fouilles de Conimbriga – VI – Céramiques diverses et verres* (Paris M.A.F.P. / M.M.C.).
- ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert, 1973: "L'architecture des cryptoportiques de Conimbriga (Portugal)", in *Les cryptoportiques dans l'architecture romaine* (Roma, *Collection de l'École Française de Rome*, 14), p. 371-406.
- ALARCÃO, Jorge e ÉTIENNE, Robert, 1977: *Fouilles de Conimbriga – I\*, I\*\* – L'architecture* (Paris, M.A.F.P. / M.M.C.).
- ALARCÃO, Jorge de, e ÉTIENNE, Robert, 1981: "Les jardins à Conimbriga (Portugal)". In *Ancient Roman Gardens* (Dumbarton Oaks, Harvard University, *Seventh Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture*), p. 69-80.
- ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert, 1986: "Archéologie et idéologie impériale à Conimbriga (Portugal)". In *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres-1986* (Paris, D. De Boccard), p. 120-132.
- ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert, e GOLVIN, Jean-Claude, 1978: "Vitruve à Conimbriga". *Conimbriga*, 17, p. 5-14.
- ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MOUTINHO ALARCÃO, Adília e PONTE, Saleta da, 1979: *Fouilles de Conimbriga – VII – Trouvailles diverses, conclusions générales* (Paris, M.A.F.P. / M.M.C.).
- ARRUDA, Ana Margarida, 1989: "Conimbriga: escavações de 1988-1989. 1-Algumas precisões sobre a cronologia do 'bairro indígena'". *Portugália*, N.S., 9-10, p. 93-100.
- ARRUDA, Ana Margarida, 1997: "Conimbriga: Fouilles de 1988-1989. 2-Les travaux sur le fórum". In Étienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), p. 13-33.
- BALTY, Jean-Christophe, 1991: *Curia Ordinis* (Bruxelles, s/ed.).
- BENDALA Galan, Manuel, 2004: "Conimbriga en la transformación urbana de la Hispania Protohistorica a la Romana". In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), p. 13-34.
- BOURDIEU, Pierre, 1980: *Le sens pratique* (Paris, Minuit).
- BOURDIEU, Pierre, 2000: *Esboço de uma teoria da prática* (Oeiras, Celta).
- BRUN, Jean-Pierre, 1997: "Um primeiro moinho hidráulico romano na Península Ibérica, em Conimbriga". In *Portugal Romano. A Exploração dos Recursos Naturais* (Lisboa, MNA, Cat. Exp.), p. 30-31.
- CLARKE, John R., 1991: *The houses of Roman Italy 100BC-AD250* (Berkeley, Un. California Press).
- CONGÉS, Anne Roth, 1987: "L'hypothèse d'une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du fórum". *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, T. 99 (2), p. 711-751.

- CORREIA, Virgílio, 1936: *Conimbriga. Notícia do «oppidum» e das escavações nele realizadas* (Coimbra, Tip. Gráfica de Coimbra).
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1993: "Cidade e função urbana no Ocidente da Lusitânia", in Tavares, M. J. Ferro (coord.) *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares* (Lisboa, Universidade Aberta) Vol.1, p. 61-80.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1997: "Nouvelles recherches à Conimbriga". In Étienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), p. 35-48.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1994: "O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar". In *El anfiteatro en la Hispania romana* (Mérida, Junta de Extremadura) p. 327-345.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1998: "Arqueologia da urbanização". *O Arqueólogo Português*, s. IV, 16, p. 11-121.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 1999: "Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga". In Alvarez Palenzuela, V. A. (ed.), *Jornadas de cultura hispano-portuguesa* (Madrid, Un. Autónoma), p. 11-31.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2001: "Conimbriga, casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998". *Conimbriga* 40, p. 83-140.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2002a: «Notas sobre iconografia e arquitectura na casa dos repuxos (Conimbriga)». In *Livro de actas do congresso internacional de arqueologia iconográfica e simbólica* (Meda, LAC), p. 121-131.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2002b: "Conservação e Musealização em Conimbriga: virtudes e dificuldades de duas abordagens conflituais". In *Actas do simpósio Conservação+Intervenção* (Porto, Un. Portucalense), p. 85-94.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, 2004: "O futuro dos estudos arqueológicos em Conimbriga". In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), p. 49-79.
- CORREIA, Virgílio Hipólito e REIS, Maria Pilar, 2000: "As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana". In Ochoa, C. F. e Entero, V. G. (ed.s) *Termas romanas en el Occidente del Império* (Gijón, VTP editorial), p. 271-280.
- DELGADO, Manuela, MAYET, Françoise e MOUTINHO ALARCÃO, Adília, 1975: *Fouilles de Conimbriga – IV – Les sigillées* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), 1948: "Ruínas de Conimbriga". *Boletim Monumentos*, nº 52-53 (Lisboa, MOP).
- DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), 1964: "Ruínas de Conimbriga-Consolidação de Mosaicos". *Boletim Monumentos*, nº 116 (Lisboa, MOP).
- ELLIS, Simon P., 2000: *Roman housing* (Londres, Duckworth).
- ÉTIENNE, Robert, 1997: "Postface". In Étienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), p. 275-277.
- ÉTIENNE, Robert, 2004: «Conimbriga et le culte impérial». In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), p. 35-46.
- ÉTIENNE, Robert e ALARCÃO, Jorge de, 1974: "O aqueduto romano de Conimbriga. Relatório preliminar", in *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, M.E.N.), p. 283-291.
- ÉTIENNE, Robert, FABRE, Georges, LÉVEQUE, Pierre e LÉVEQUE, Monique, 1976: *Fouilles de Conimbriga – II – Epigraphie et sculpture* (Paris M.A.F.P./M.M.C.).
- FAULKNER, Neil, 2000: «Change and decline in late Romano-British towns». In Slater, T. R. (ed.) *Towns in decline AD 100-1600* (Aldershot, Ashgate), p. 25-50.
- GOLVIN, Jean-Claude, 1988: *L'amphitheatre romain* (Paris, De Boccard).
- GRAHAME, Mark, 1997: «Public and private in the Roman house: investigating the social order of the Casa del Fauno». In Laurence, R. & Wallace-Hadrill, A. (ed.s) *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth RI, *Journal of Roman Archaeology* sup. s. nº 22), p. 137-164.

- GROS, Pierre, 1979: "Recensão a Fouilles de Conimbriga I". *Revue Archeologique* N.S., 1979 fasc. 2, p. 347-350.
- GROS, Pierre, 2002: *L'architecture romaine* (Paris, Picard).
- HILLIER, Bill & HANSON, Jullienne, 1984: *The social logic of space* (Cambridge, C. Un. Press).
- KAISER, Alan, 2000: *The urban dialogue* (Oxford, BAR International Series 901).
- LAURENCE, Ray, 1996 (2ª): *Roman Pompeii. Space and society* (Londres, Routledge).
- MIERSE, William E., 1999: *Temples and towns in Roman Iberia* (Berkeley, Un. California Press).
- MILLET, Martin, 1990: *The romanization of Britain* (Cambridge, C. Un. Press).
- MORAND, Isabelle, 1996: "A propos de la Maison aux Jets d'Eau (Conimbriga, Portugal). Architecture et mosaïque". *Revue des Études Anciennes* 98 (1-2), p. 207-222.
- MOURITSEN, Henrik, 1997: «Mobility and social change in Italian towns during the principate». In Parkins, H. M. (ed.) *Roman urbanism: beyond the consumer city* (Londres, Routledge), p. 59-82.
- OLEIRO, João Manuel Bairo, *Conimbriga. Casa dos repuxos* (Conimbriga, Museu Monográfico, 1992, *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal*, 1).
- PACKER, James E., 1971: *The insulae of imperial Ostia* (Roma, American Academy in Rome, MAAR 31).
- PASINI, Francesca, 1978: *Ostia Antica. Insule e classi sociali* (Roma, Multigrafica editrice).
- PEREIRA, Isabel, BOST, Jean-Pierre e HIERNARD, Jean, 1974: *Fouilles de Conimbriga – III – Les monnaies* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- PESANDO, Fabrizio, 1997: *Domus. Edilizia private e società pompeiana fra III e I secolo a.C.* (Roma, L'Erma di Bretschneider, *Soprintendenza Archaeologica di Pompei – Monografie* 12).
- PESSOA, Miguel, 1991: *A muralha augustana de Conimbriga* (Conimbriga, ed. autor).
- PFANNER, Michael, 1989: "Zum entwicklung der stadtstruktur von Conimbriga". In *Madrider Mitteilungen* 30, p. 184-203.
- POPPER, Karl, 2003: «A demarcação entre ciência e metafísica». In *Conjecturas e refutações* (Coimbra, Almedina), p. 341-392.
- RAPOPORT, Amos 1990: "Systems of activities and systems of settings". In Kent, Susan (ed.), *Domestic Architecture and the use of space*, (Cambridge, Un. Press), p. 9-20.
- RAPOPORT, Amos, 1994: «Spatial organization and the built environment». In Ingold, T. (ed.) *Companion encyclopedia of anthropology* (Londres, Routledge), p. 460-502.
- SAMSON, Ross, 1990: *The social archaeology of houses* (Edinburgh, E. Un. Press).
- SOUZA, Vasco de, 1990: *Corpus Signorum Imperii Romani. Portugal* (Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra).
- THÉBERT, Yvon, 1989: "Vida privada e arquitectura doméstica na África romana". In Veyne, P. (dir.) *Do império romano ao ano mil* (Lisboa, Afrontamento, *História da vida privada* 1), p. 301-398.
- WALLACE-HADRILL, Andrew F., 1994: *Houses and society in Pompeii and Herculaneum* (Princeton, Un. Press).
- WEIB, Christoph, 1997: *Die frühkaiserzeitlichen Stadtbefestigungen auf der Iberischen Halbinsel* (Köln, Philosophischen Fakultät, Diss. Dokt.).

## NOTAS

- 1 Impõe-se também referir Alarcão 1985 e Alarcão 1992.
- 2 Sobre os projectos em curso, Correia 2002b.
- 3 Correia 2004.
- 4 Alarcão e Étienne 1977, 15-16 e 85-86.
- 5 Correia 1999.
- 6 Gros 1979.
- 7 Alarcão e Étienne 1977, 27-39.
- 8 Congés 1987.

- <sup>9</sup> Acolhidas v.g. em Balty 1991.
- <sup>10</sup> Alarcão, Étienne & Golvin, 1997.
- <sup>11</sup> Étienne 2004.
- <sup>12</sup> Reside aqui a principal divergência de interpretação com a anterior publicação do perfil, que atribui ainda este complexo estratigráfico à obra viária flaviana).
- <sup>13</sup> Decorrem trabalhos de escavação integrados num projecto de investigação dirigido por Jorge de Alarcão, com a colaboração de Pedro Carvalho e do presente autor, com o objectivo de explorar ainda esta problemática.
- <sup>14</sup> Sobre a ocupação pré-romana debruçou-se Arruda 1997.
- <sup>15</sup> Na esteira de Pfanner 1989, parcialmente aceite por Alarcão, Étienne & Golvin, 1997.
- <sup>16</sup> A defesa da versão original encontra um argumento de ordem tipológica mais recentemente aduzido por Mierse 1999.
- <sup>17</sup> Para a estatuária, v.d. Étienne, Fabre & Leveque, 1976 e Souza, 1990. Retomo aqui a minha proposta de Correia 2004.
- <sup>18</sup> No caso de se dever, segundo Mierse 1999, aceitar a reconstituição do topo norte do fórum augustano de Conimbriga proposta nas *Fouilles de Conimbriga*, como um templo flanqueado por pórticos, o argumento do redesenho do enquadramento urbanístico sai enfraquecido, estando-se mais claramente perante um fenómeno, de explicação mais imediata, de crescimento linear da integração da cidade nos modos políticos, sócio-económicos e jurisprudenciais romanos.
- <sup>19</sup> Pessoa 1991.
- <sup>20</sup> Étienne 1997, 226.
- <sup>21</sup> Correia 1993, 1997, 1999, 2004.
- <sup>22</sup> Pessoa 1991, Weiß 1997.
- <sup>23</sup> Étienne 1997. Já aduzimos outros argumentos em Correia 1999 (em especial n. 18) e Correia 2004.
- <sup>24</sup> Cf. Gros 2002 p. 26 e 39-51.
- <sup>25</sup> Segundo a teoria aduzida por Bendala 2004 (com bibliografia anterior) que, quanto a nós encerra a questão.
- <sup>26</sup> Sustentando-se a proposta de cronologia feita em Alarcão & Étienne 1977, 182-183 e ss.
- <sup>27</sup> Alarcão e Étienne 1977, 78-79.
- <sup>28</sup> Golvin 1988, 126; Correia 1994.
- <sup>29</sup> Correia 1993.
- <sup>30</sup> Étienne e Alarcão 1974, Alarcão e Étienne 1977, 60-64.
- <sup>31</sup> Correia 1936, DGEMN 1948, em especial a fig. 3; *id.* 1964.
- <sup>32</sup> Oleiro 1992, Alarcão e Correia 1992, *contra* Morand 1996.
- <sup>33</sup> Oleiro 1992, 24; Alarcão e Correia 1992, 151-152. É o único criptopórtico doméstico da cidade que foi alvo de estudo e publicação.
- <sup>34</sup> Correia 2003.
- <sup>35</sup> Correia 2003, 22-23.
- <sup>36</sup> Vejam-se designadamente os cortes C-D e E-F na fig. 4 de DGEMN 1948.
- <sup>37</sup> DGEMN 1948, 40. Alarcão 1982, 60.
- <sup>38</sup> Correia 1994, 329.
- <sup>39</sup> Gros 2002, 95-106.
- <sup>40</sup> Brun 1997.
- <sup>41</sup> Alarcão e Étienne 1977, 65-66.
- <sup>42</sup> Alarcão e Étienne 1977, 85 ss; *id.* 1986; Alarcão, Étienne e Golvin 1978, Étienne 2004.
- <sup>43</sup> Correia e Reis 2000, 272-274.
- <sup>44</sup> Correia 2001, 114.
- <sup>45</sup> Alarcão 1975, nºs 220-224.
- <sup>46</sup> Correia 2001, 105.

<sup>47</sup> Alarcão e Étienne 1977, 135-140.

<sup>48</sup> Alarcão e Étienne 1977, 136-137.

<sup>49</sup> Alarcão e Étienne 1977, 194-195 (horizontes XV e XVI).

<sup>50</sup> Alarcão e Étienne 1977, 234 (horizonte XXXIV).

<sup>51</sup> Alarcão e Étienne 1977, 242-243 (horizontes XLII e XLIII).

<sup>52</sup> Alarcão e Étienne 1986, 132.

<sup>53</sup> Já se argumentou que a análise do fenómeno urbano antigo está dependente da experiência dóxica que as cidades antigas efectivamente existiam como algo mais que meras aglomerações demográficas, facto que alguns seus contemporâneos estariam dispostos a contraditar (Correia 1998). Mas é necessário prosseguir a conceptualização do processo de investigação ("objectivar as condições de objectivação" na expressão de Bourdieu 1980, 51-86) sem cair no relativismo de apresentar Conimbriga "enquanto cidade" e "enquanto não-cidade", metafísica que se pode julgar desprovida de interesse.

<sup>54</sup> No limite, a atribuição de uma solução de continuidade identificada numa construção a um interface entre fases de construção ou a um momento de obra é uma alternativa que se resolve arbitrariamente (embora, desejavelmente, com provisão para a testabilidade da correcção dessa opção). Mas mesmo admitindo que fosse possível a discretização, no sentido matemático do termo, de um programa urbanístico, a partir de um número  $n$  de edifícios distribuídos ao longo do tempo  $t$ , num segmento definido entre  $ta$ , correspondente ao início do programa, e  $tz$ , correspondente ao seu término, ficaria em aberto a forma de determinar se o edifício construído no momento  $tm$ , equidistante de  $ta$  e de  $tz$ , constitui o fim do princípio do programa ou o princípio do seu fim.

<sup>55</sup> A definição da escala de análise é essencial para o problema da afirmação da análise da arquitectura e do urbanismo como campo privilegiado da investigação da sociedade, e não como mero exercício de crítica de arte ou de mera tipologia (Cf. supra, n. 52. Para a relevância do problema Popper 2003).

<sup>56</sup> Rappoport, 1990, 1994.

<sup>57</sup> Por mais interessantes e profícuas, as análises tipológicas de muitos dos elementos do tecido urbano, como as de Packer 1971 e as de Pesando 1997 (para dar só dois exemplos), não são extrapoláveis para fora do âmbito geográfico analisado, senão com graves distorções.

Discursos mais gerais como os de Pasini 1978 ou os de Thébert 1989 carecem, por outro lado, de relevância específica na interpretação do fenómeno urbano nas suas manifestações em concreto.

<sup>58</sup> Aprofundando metodologias de análise espacial, como as que Kaiser (2000) aplicou a Ampúrias, ou quantitativas como as de Faulkner 2000.

<sup>59</sup> Para além de questões estilísticas, abordáveis por metodologias tradicionais (Clarke 1991), a estruturação da decoração em função da articulação da casa e da sua arquitectura é um tema com largas perspectivas de investigação (Samson 1990, com vários ensaios de aplicação das metodologias propostas por Hillier e Hanson 1984; e ainda Laurence 1996, 104-121 e Grahame, 1997). Infelizmente, um ensaio sobre a casa dos repuxos desenvolvido nessa óptica foi insuficientemente publicado, por questões técnicas (Correia 2002), e a matéria ultrapassa o âmbito do presente texto.

<sup>60</sup> Ellis 2000, 166 ss.

<sup>61</sup> Étienne, Fabre e Leveque 1976, 35-36.

<sup>62</sup> Pereira, Bost e Hiernard 1974, 229-232.

<sup>63</sup> Alarcão, Delgado *et alii* 1976, 79-80.

<sup>64</sup> Idem, 119-120; Delgado, Mayet e Alarcão 1975, 340-342.

<sup>65</sup> Vejam-se os casos de *L. Aurelius Rufus* e de *M. Iunius Latro*. Étienne, Fabre e Leveque 1976, nºs 31 e 24.

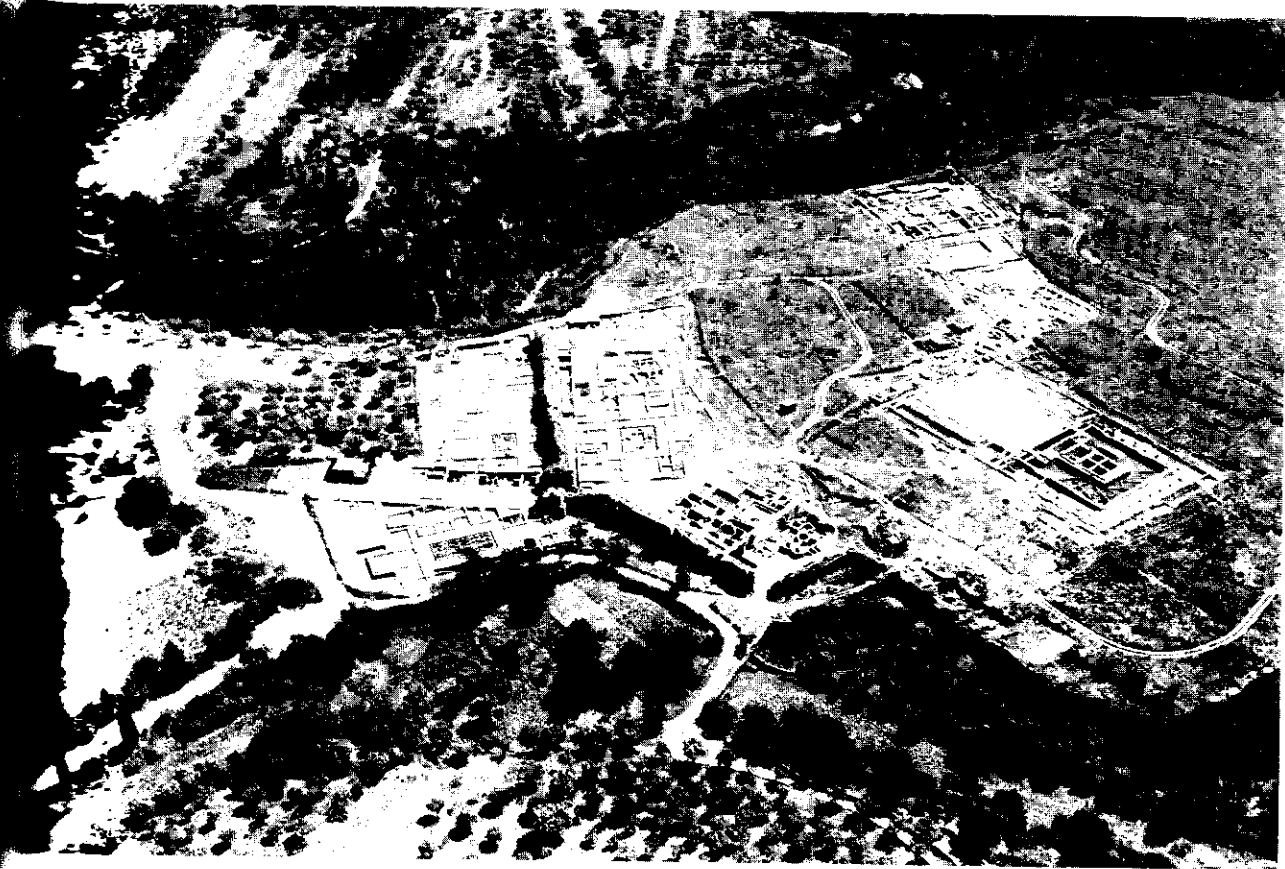
<sup>66</sup> Vejam-se os casos de *M. Iulius Serano* e de *P. Lucanius Reburino*. Étienne, Fabre e Leveque 1976, nºs 33 e 34.

<sup>67</sup> Como fez Millett 1990, 99-101.

<sup>68</sup> Wallace-Hadrill 1994, 38 ss.

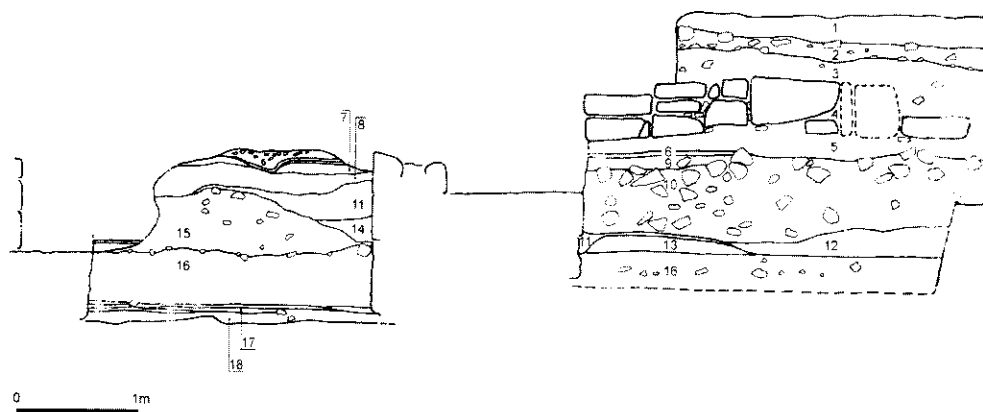
<sup>69</sup> Mouritsen 1997.

<sup>70</sup> Alarcão e Étienne 1981.

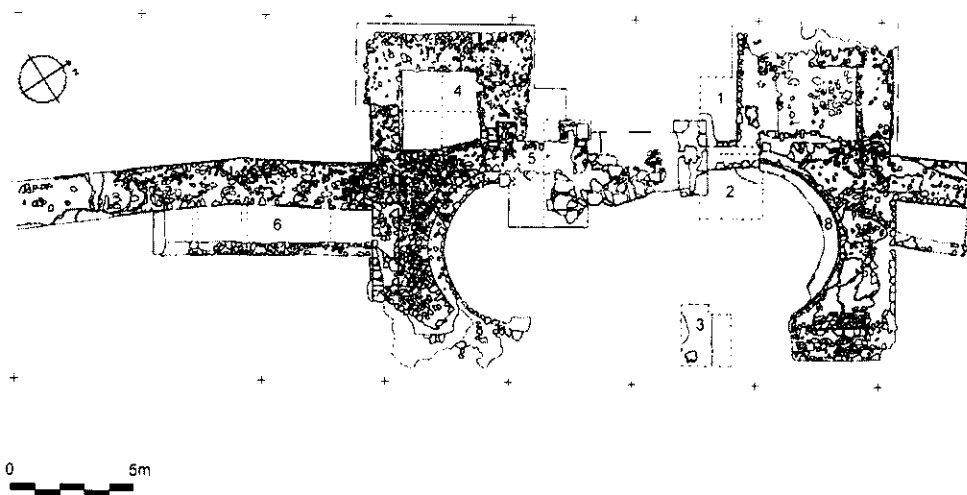


▶ FIG. 1

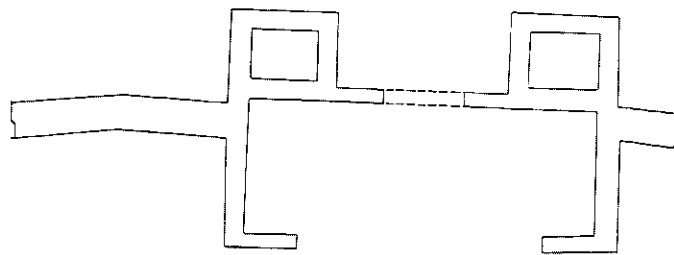
Vista aérea de Conimbriga, de norte.



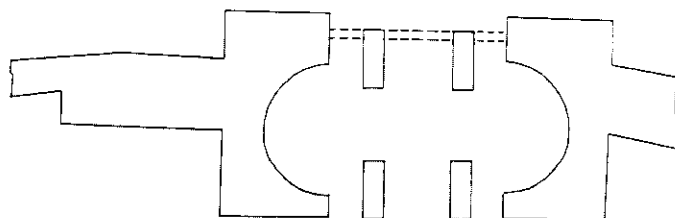
► FIG. 2  
Perfil estratigráfico (Lev. V.H.Correia, 1985).



► FIG. 3  
Levantamento das estruturas da porta da muralha do alto império.

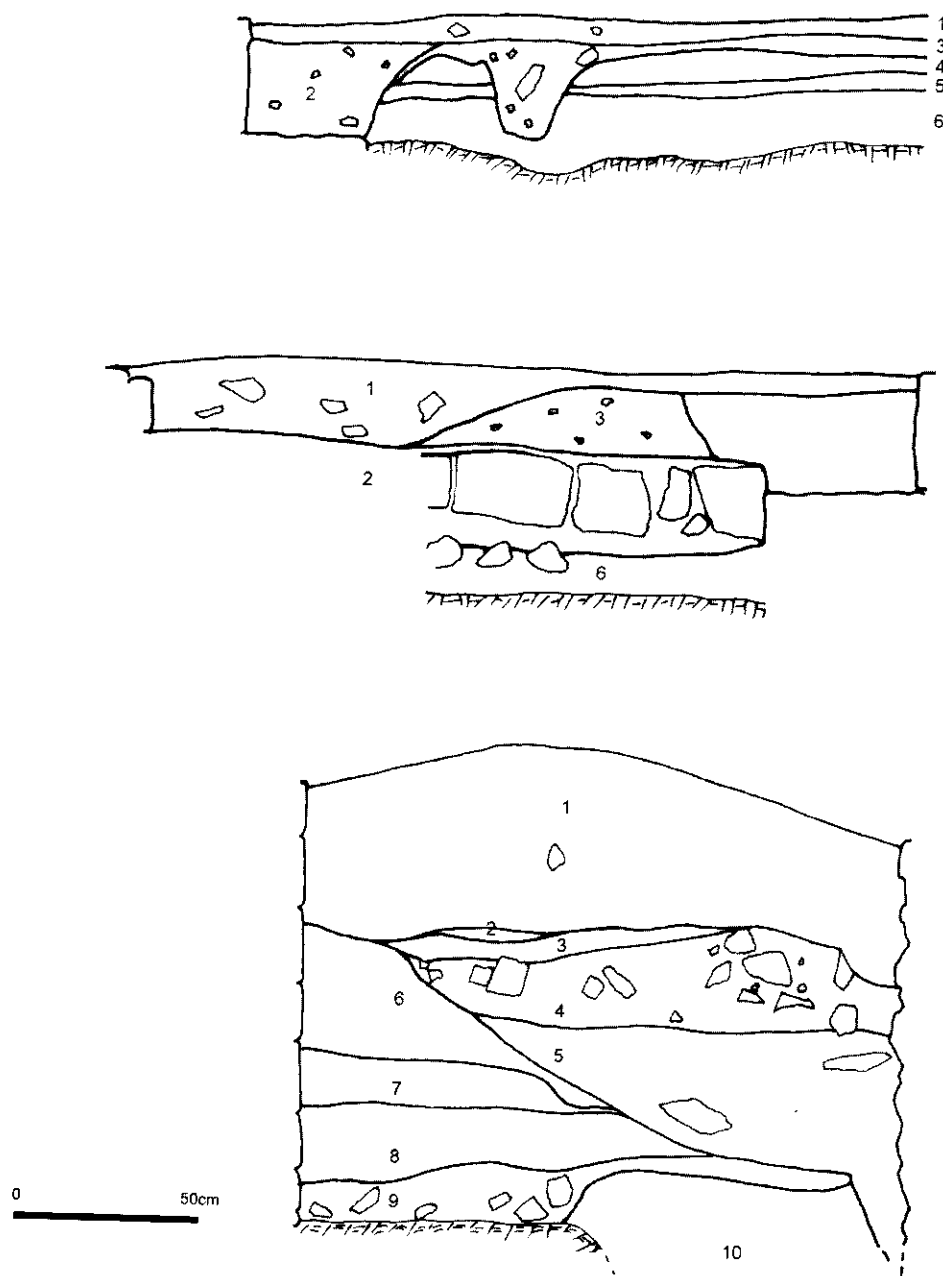


FASE 1

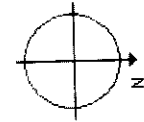


FASE 2

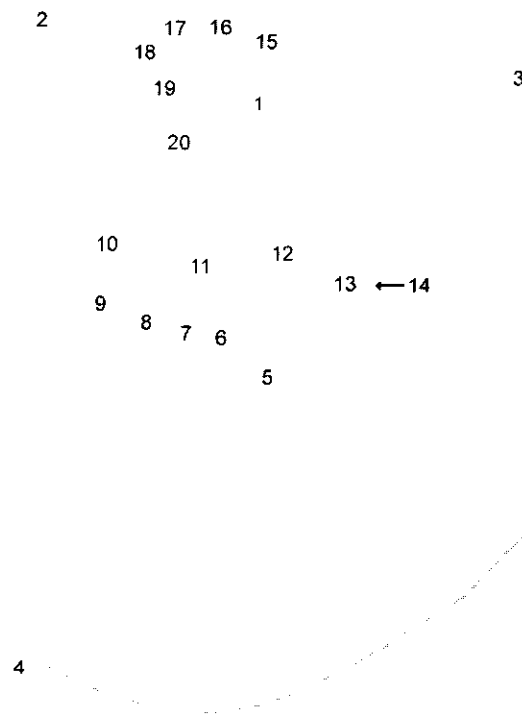
► FIG. 4  
Reconstituição das fases de construção da porta.



► FIG. 5  
Perfis estratigráficos 1 e 2, corte 1 e 3, corte 6 (na rampa norte).

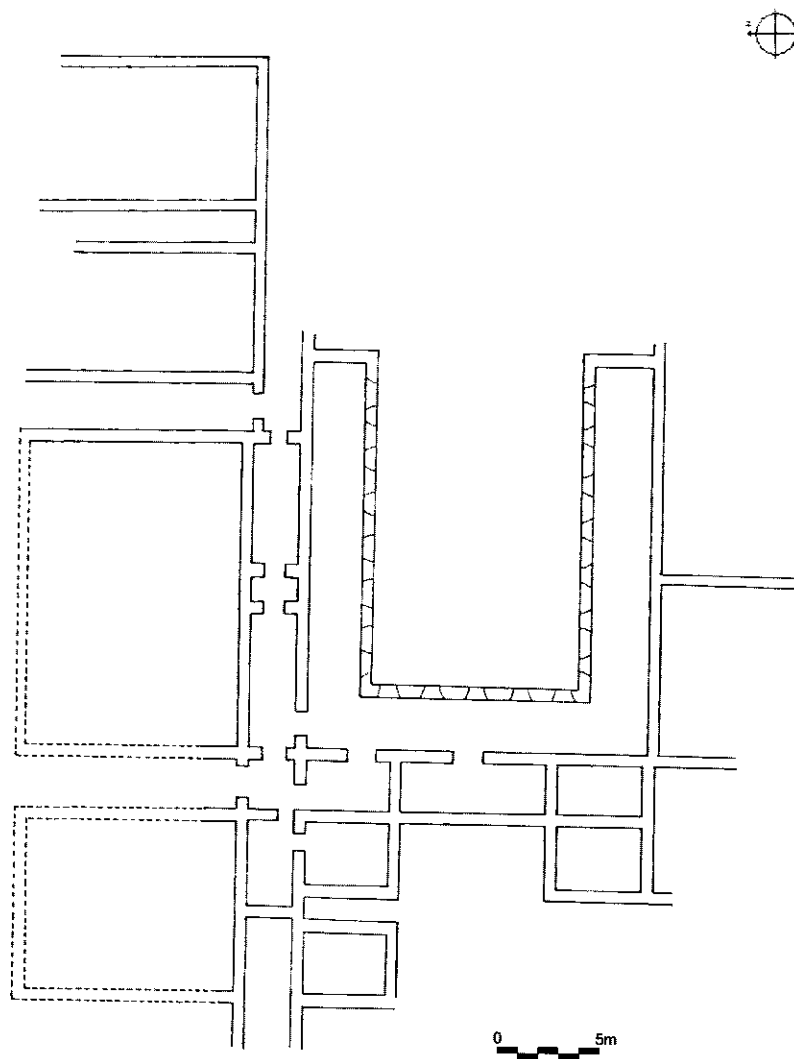


1. Fórum
2. Termas do sul
3. Anfiteatro
4. Porta da muralha
5. Casa dos repuxos
6. Lojas a sul da Via
7. Casa da cruz suástica
8. Casa dos esqueletos
9. Termas da muralha
10. Basilica paleocristã
11. Casa de Cantaber
12. Insula do aqueduto
13. Azenha
14. Viaduto
15. Terreno da Faculdade de Letras
16. Insula a oeste do fórum
17. Insula do vaso fálco
18. Insula a norte das termas
19. Casa de Anderco
20. Insula da patera Emanuel

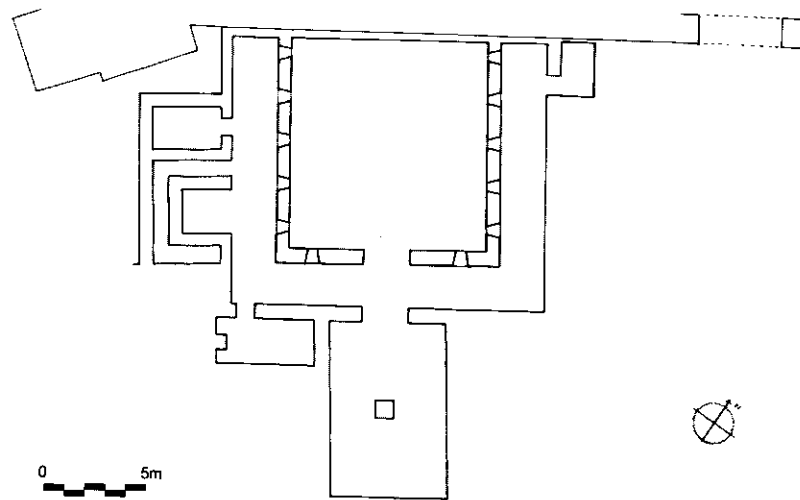


► FIG. 6

Reconstituição do urbanismo de Conimbriga (segundo Correia, 2003).



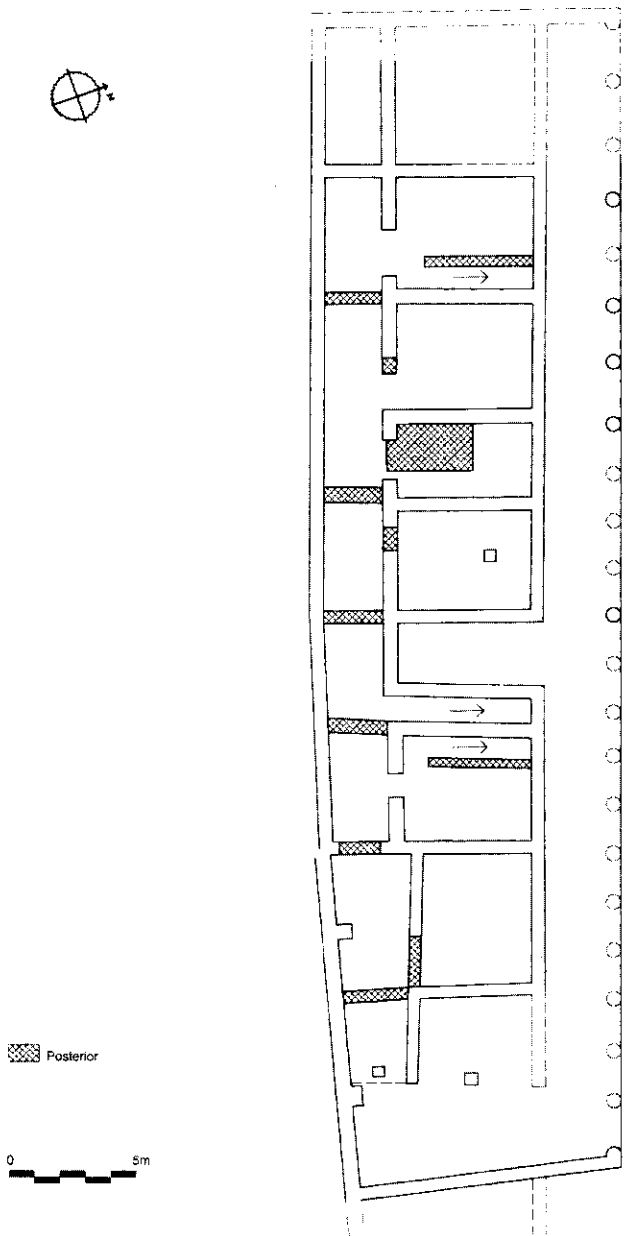
► FIG. 7  
Criptopórtico da casa dos repuxos (segundo Oleiro, 1992 modificado).



► FIG. 8  
Criptopórtico da insula do Aqueduto.



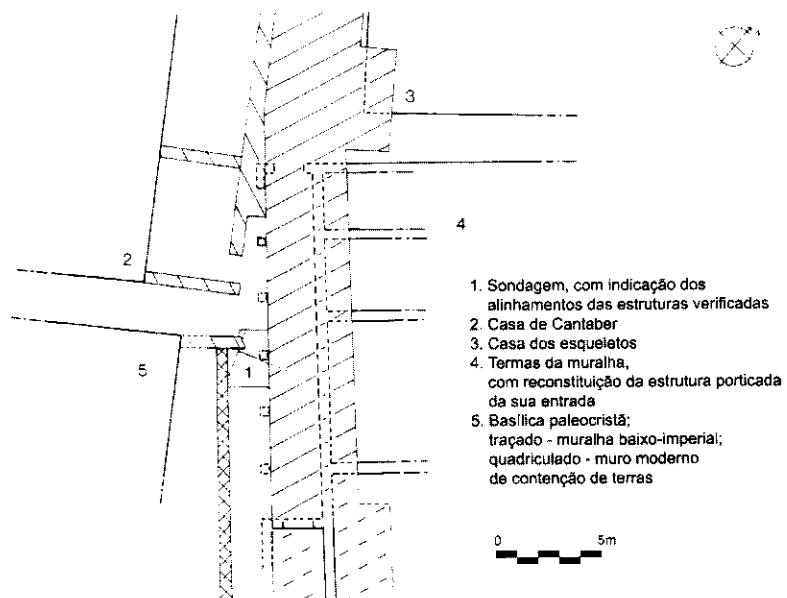
► FIG. 9  
Muro interior da ala oeste do criptopórtico da insula do aqueduto.



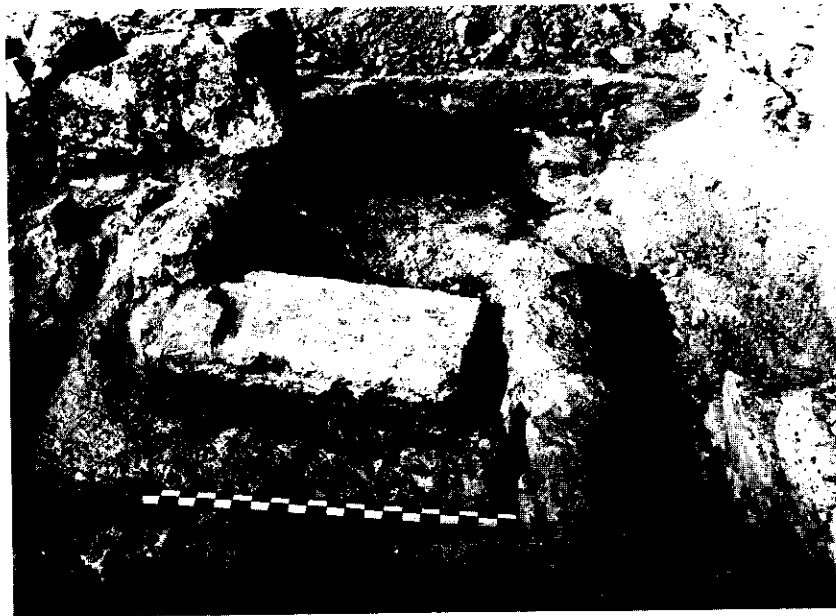
► FIG. 10  
Edifício das lojas a sul da via (segundo Correia, 2003).



► FIG. 11  
Janela do criptóportico das lojas a sul da via.



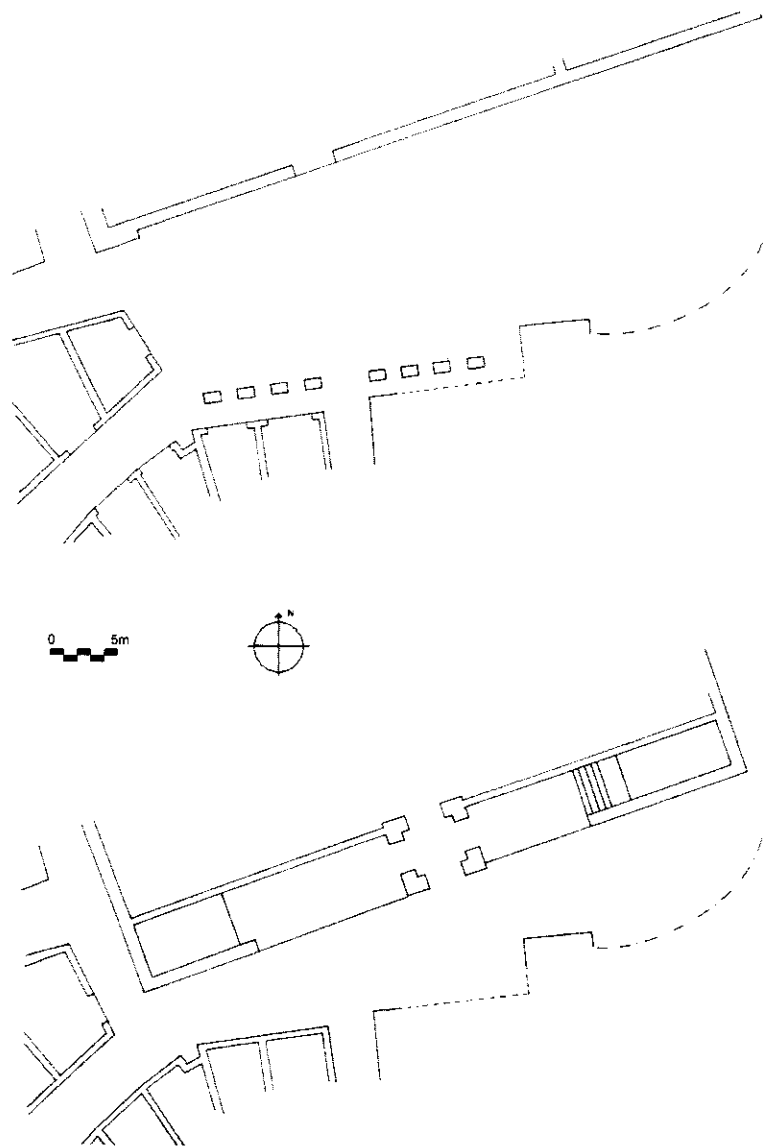
► FIG. 12  
Localização da sondagem 99. CBas.64.



► FIG. 13  
Aspecto da soleira identificada em 99. CBas.64.



► FIG. 14  
Casa dos esqueletos e da cruz suástica, respectivamente à esquerda e à direita.  
Ao centro, o muro oblíquo que divide os lotes.



► FIG. 15

Praça sul do fórum. Em cima – antes da remodelação flaviana; em baixo – depois.



► FIG. 16  
Fachada noroeste da casa de Anderco;  
portas entapadas  
(as estruturas do pórtico pré-flaviano não são visíveis).



► FIG. 17  
Fachada sul da insula do vaso fálico:  
porta a que foi reduzida a largura.